

“É preciso um ministro da Economia a tempo inteiro”



António Costa Silva, Isabel Rocha e Ricardo Paes Mamede voltaram à “Liga dos Inovadores”. Nova orgânica do Governo foi um dos temas falados FOTO NUNO FOX



Pedro Reis foi substituído por Castro Almeida, que acumula a pasta da Economia com a Coesão Territorial, o que para António Costa Silva, Isabel Rocha e Ricardo Paes Mamede não augura nada de bom para a política económica. Mas nem só pela Economia passa a ciência e a inovação

Será preciso esperar pela orgânica do novo Governo para se perceber a importância que será dada à ciência, investigação e desenvolvimento tecnológico, mas há, desde já, alguns indicadores que causam apreensão. A fusão do Ministério da Economia com a Coesão Territorial e a ausência de uma política económica estão entre eles.

António Costa Silva, Isabel Rocha e Ricardo Paes Mamede acompanham o Expresso desde o lançamento da “Liga dos Inovadores”, o podcast onde se fala sobre o que mais distinto e inovador está a ser feito pelas empresas em Portugal. No episódio

desta semana, Costa Silva mostra-se “um bocado inquieto”. “O Ministério da Economia tem de ser a casa das máquinas do país, tem de ser forte”, mas, para isso, precisa de todos os instrumentos. A economia está a desacelerar e, embora o Governo antecipe um crescimento de 2,4% este ano, a generalidade dos economistas já veio alertar que a meta é inalcançável — na melhor das hipóteses cresceremos 2%. O investimento é crucial nesta fase, diz Costa Silva, mas “se tivermos a economia subalternizada vai ser um problema”. O antigo ministro da Economia do Governo PS espera que “o ministro Castro Almeida seja também ministro da Economia”, aliás, até “mais ministro da Economia”, porque “é preciso um ministro da Economia que esteja a tempo inteiro”.

Isabel Rocha, vice-reitora da Universidade Nova de Lisboa, e empreendedora, concorda que existe um “risco de subalternização da economia face àquilo que é o peso enorme da gestão da coesão territorial”. Mas, acrescenta, “se esta junção permitir olhar para o país como um todo, para os diferentes mecanismos de fi-

nanciamento” e daí resultar o desbloqueio dos principais estrangulamentos, a fusão de ministérios poderá valer a pena. Mas, como “a inovação não se faz só na parte da economia e uma parte significativa da inovação também está ligada à ciência”, Isabel Rocha esperará ainda para ver o que resultará da Lei Orgânica do Governo e do financiamento que será destinado à Fundação para a Ciência e Tecnologia. “Estou a tentar ter uma perspetiva pela positiva nesta fase em que ainda estamos com muitos dados por conhecer.”

Nada otimista, Ricardo Paes Mamede considera que “temos um problema seriíssimo em termos da orgânica do Governo no que respeita à área da inovação. Seriíssimo”. O problema não vem de agora, e não é exclusivamente português — “todos os países se debatem com a dificuldade de coordenar as áreas da economia e da ciência, porque a inovação faz-se num encontro entre as duas”. Contudo, “sabemos que há uma tradição muito grande em Portugal de se trabalhar em silos”, pelo que “esta orgânica de Governo vai agravar ainda mais os problemas”, considera o professor do ISCTE. Porque,

“

Estou um bocado inquieto. O Ministério da Economia tem de ser a casa das máquinas do país, tem de ser forte. Se tivermos a economia subalternizada, vai ser um problema

António Costa Silva

É quase ignorância crassa sobre história e sobre políticas públicas achar que o facto de o Estado ter um papel de mobilizador e de coordenador da atividade pública e privada é o mesmo que ter o Estado a decidir

Ricardo Paes Mamede

A inovação não se faz só na parte da economia, uma parte significativa da inovação também está ligada à ciência. Será preciso ver a orgânica do Governo e o financiamento à ciência e tecnologia

Isabel Rocha

tipicamente, o ministro que fica com a tutela dos fundos estruturais não tem mãos a medir. “Os fundos estruturais têm um peso brutal em Portugal, têm uma complexidade enorme, quem os tutela está sistematicamente engolido.” Depois, porque não se conhece pensamento económico a Manuel Castro Almeida. O Governo recusa-se a estabelecer prioridades na política económica, o que “é um erro crasso”. “Estamos a passar por um período histórico de transformação digital, climática, geopolítica que está a transformar todas as indústrias. Todos os países escolheram sectores prioritários.” “É quase ignorância crassa sobre história e sobre políticas públicas achar que o facto do Estado ter um papel de mobilizador e de coordenador da atividade pública e privada é o mesmo que ter o Estado a decidir”, considera.

Os ‘curadores’ debruçaram-se também sobre o facto de nos episódios que foram para o ar até agora a grande maioria das empresas estar no centro-Norte e Norte do país e de os rostos da inovação serem apenas masculinos.

ELISABETE MIRANDA
e PEDRO LIMA

emiranda@expresso.imprensa.pt